

# **CLIPPING IMPRESSO**

**12/03/2022**



# INDICE

---

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	2 - 4
2.2. JORNAL O PROGRESSO.....	5 - 8
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	9 - 11
4. ESMAM	
4.1. JORNAL O PROGRESSO.....	12

# QUESTÃO MORAL

## Entenda o processo que envolve Maranhãozinho na Polícia Federal

---

PÁGINA 3

---

## INVESTIGAÇÃO

# Maranhãozinho e Pastor Gil na mira da PF e do STF

Deputados estão sendo acusados de fazer parte de um esquema de desvio de emendas parlamentares para municípios maranhenses. Caso corre em segredo de justiça

**SAMARTONY MARTINS**  
COM UOL E CORREIO BRAZILIENSE

**G**rupo armado, extorsões e saques em dinheiro vivo para desviar emendas parlamentares que deveriam ser destinadas a prefeituras do Maranhão. Estes foram alguns dos indícios encontrados pela Polícia Federal, nesta quinta-feira (11), durante o cumprimento de mandatos de busca e apreensão em endereços ligados a deputados federais do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro. O caso corre em segredo de Justiça e foi autorizada pelo relator da ação no STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Ricardo Lewandowski.



Liderado supostamente pelo deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL-MA), teria também a participação dos deputados Bosco Costa (PL-SE) e Pastor Gil (PL-MA), o grupo

está sendo alvo de uma investigação que é um desdobramento da Operação “Ágio Final”, deflagrada no fim de 2020. Os parlamentares federais são acusados de fazer parte de um esquema de desvio de emendas parlamentares para municípios maranhenses. Como o caso envolve parlamentares com prerrogativa de foro, a operação foi autorizada pelo relator da ação no STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Ricardo Lewandowski. “Os argumentos da PF tinham consistência e permitiam que se autorizasse diligências de busca e apreensão nas residências e nos locais de trabalho dos parlamentares”, disse o ministro.

A Corte, contudo, negou o pedido para que a PF fosse aos gabinetes dos parlamentares na Câmara. A PGR (Procuradoria-Geral da República) recorreu, mas o plenário do STF manteve a decisão em sessão virtual. “No entanto, eu indeferi as mesmas diligências nos gabinetes dos parlamentares no Congresso nacional porque entendi que os argumentos apresentados pela PF eram insuficientes”, justificou. A operação ocorre um dia antes de evento de filiação do PL, em Brasília. “Será um ato simbólico de boas vindas. Servirá para os candidatos recém-chegados se aproximarem de Bolsonaro”, informou o partido.

Além disso, investigadores identificaram ao menos três pessoas que atuariam como braço armado na extorsão dos prefeitos, conforme relatado à PF pelo prefeito da cidade maranhense de São José de Ribamar, Eudes Sampaio. O político contou ter sido alvo de extorsões do grupo

A corporação apreendeu documentos e identificou emendas parlamentares no valor de cerca de R\$ 5 milhões que teriam sido usados nos desvios. O deputado Bosco Costa, que é do estado de Sergipe, destinou uma emenda de R\$ 4 milhões à prefeitura de São José de Ribamar. O objetivo era que R\$ 1 milhão, o equivalente a 25%, retornasse em dinheiro vivo aos parlamentares. “Essa atuação causa ainda mais estranheza se levarmos em consideração que o referido parlamentar foi eleito pelo estado de Sergipe, porém encaminha emendas de alto valor para o Maranhão (base da organização criminoso), indicado que este estado pode ter se tornado um paraíso para o desvio de emendas parlamentares”, diz a PF.

A investigação também obteve trocas de mensagens e conversas entre os integrantes do grupo criminoso. Em áudio enviado por Pacovan ao deputado Maranhãozinho, em 9 de junho de 2020, o agiota se queixa que o “homi lá do Ribamar (prefeitura onde ocorriam os desvios)” só aceitava negociar diretamente com o parlamentar. “Deixa eu te falar, ontem eu fui atrás do homi lá do Ribamar. Tentei falar com ele, ele disse que só senta se for contigo. Entende? Ele só paga se for pra você. Ele só resolve as com você. (...) Eu não posso perder, entendeu? Que é 6 milhão. Entendeu? Vai dar um milhão e meio. Que ele tem pra me pagar. E aí e eu perder esse dinheiro? (...) Me diz aí. Qual é a minha situação? (...) É seis milhão e pouco. Vai dar quase um 1,6 milhão de devolução”, diz o áudio.

# Maranhãozinho já foi alvo de outras operações

AGÊNCIA O GLOBO



**JOSIMAR: "PARECE TER SIDO ORQUESTRADO PARA GERAREM GRANDE E RÁPIDA REPERCUSSÃO NA IMPRENSA REGIONAL E NACIONAL"**

Em nota, Maranhãozinho disse que vai colaborar com as investigações. Leia a íntegra: "Na manhã de hoje ocorreu uma nova busca de documentos em minha residência. Seguimos contribuindo e colaborando com todas as averiguações sem medo e sem restrição. Vejo como uma demonstração de que nada foi encontrado das outras vezes e tampouco será. Por essa razão não consigo entender a espetacularização do ocorrido, que parece ter sido orquestrado para gerarem grande e rápida repercussão na imprensa regional e nacional. Por isso me pergunto se o objetivo é apenas prejudicar minha imagem na tentativa de me tirar da disputa eleitoral."

Em nota, o pastor Gil disse confiar na comprovação da improcedência da operação. Leia a íntegra: "O meu papel como cidadão e homem público sempre foi exercido com probidade, elevado interesse público e pautado pelos princípios cristãos. Jamais participei de nada que ferisse a legislação, os interesses do meu querido povo ou os meus princípios. Infelizmente, agora, isso foi colocado em cheque! Mas confio no trabalho da Justiça e confio ainda mais em Deus. E, por isso, tenho certeza que a improcedência dos fatos últimos desta sexta-feira será absolutamente comprovada."

A assessoria do PL e o gabinete de Basco Costa preferiram não comentar. "Não emitiremos notas oficiais. Não podemos nos manifestar oficialmente até termos acesso ao conteúdo das investigações. Todos fomos pegos de surpresa. O deputado deve conversar com o presidente do partido sobre o caso", afirmou a assessoria de Basco Costa. "O PL soube pela imprensa e aguarda outras apurações. Por enquanto, não vamos comentar", disse o partido em nota. Em 2020, Maranhãozinho foi alvo de ação em que a PF fez buscas em 27 endereços em São Luís e no interior do Maranhão na tentativa de aprofundar investigação sigilosa sobre indícios de esquema de desvio de verbas de emendas parlamentares destinadas à Saúde do Estado.

As investigações apontaram que Josimar destinou as emendas, na ordem de R\$ 15 milhões, para municípios do interior do Maranhão, seu reduto eleitoral, e depois recebeu os valores em espécie. Na época, o parlamentar negou irregularidades. Imagens reveladas pela revista *Crusoe* no ano passado mostraram o deputado manuseando uma grande quantidade de maços de dinheiro.

## **Operação Maranhão Nostrum**

Em outubro de 2021, o Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do

Ministério Público do Maranhão realizou, a Operação Maranhão Nostrum, com apoio da Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), Centro Tático Aéreo (CTA) e diversas outras unidades.

A operação teve como alvo o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL). Mais de sessenta mandados de busca e apreensão, foram expedidos pela 1ª Vara Criminal da Comarca da Grande Ilha de São Luís, e cumpridos em 13 municípios do Maranhão (São Luís, Maranhãozinho, Zé Doca, Araganã, Carutapera, Centro do Guilherme, Pedro do Rosário, Pinheiro, Santa Inês, Miranda do Norte, Presidente Médici, São José de Ribamar, Parnarama) e na cidade de Várzea Alegre, no estado do Ceará. Participam da operação 54 equipes da Polícia Civil, além de promotores de justiça e servidores do Gaeco integrantes dos núcleos de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como promotores de justiça das Comarcas de Maracaçumé, Zé Doca, Santa Inês e Guimarães, além de servidores públicos. O Tribunal de Justiça, contudo, anulou a ação.

Em dezembro, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão contra o deputado em outros quatro municípios maranhenses.

NM

Nedilson Machado

nm@oimparcial.com.br

## Paulinha Lobão promove café especial para celebrar o Dia da Mulher

Para a apresentadora Paulinha Lobão, o Dia Internacional da Mulher não poderia ter sido mais especial. Aproveitou a bela data para convidar algumas mulheres empoderadas para um café da manhã nas instalações da rádio Nova FM São Luís, na Camboa.

A data celebra as muitas conquistas femininas ao longo dos últimos séculos, mas também serve como um alerta sobre os graves problemas de gênero que persistem em todo o mundo. Para Paulinha, foi um acontecimento memorável. "Eu e minha filha Tatiana recebemos mulheres incríveis, amigas queridas para celebrarmos a data. Deixo meu carinho para todas as mulheres por essa data tão especial". Entre as presenças, a ex-governadora Roseana Sarney, que segundo enfatizou a anfitriã, "Além de uma amiga querida é uma guerreira, que muito bem nos representa na política brasileira". Aqui alguns clics.



Paulinha e a filha Tatiana brindam com este grupo de amigas, no qual estão a advogada Ana Brandão, vereadora Karla Samey, Dra. Nelma Samey, Karol Sampaio e Agnes Oliveira



Vereadora Karla Samey, Paulinha Lobão e a empresária Lou Marques



Paulinha Lobão recebendo carinho da filha Tatiana e a presença prestigiosa da ex-governadora Roseana Sarney



## **A prolífica verve de Lourival Serejo**

FLÁVIO BRAGA  
Advogado

# A prolífica verve de Lourival Serejo

FLÁVIO BRAGA  
Advogado



Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu e cresceu no município de Viana. É conterrâneo de Astolfo Serra, Antonio Lopes, Raimundo Lopes, Celso Magalhães, Dilú Melo e outros vultos ilustres oriundos desse celeiro de intelectuais.

Em 1976, graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Antes de ingressar na magistratura, em 1981, exerceu a advocacia e o cargo de Promotor de Justiça. Hodiernameamente é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. No exercício da militância de jurista, é membro ativo do Instituto Brasileiro de Direito de Família. do Instituto dos

Magistrados do Brasil e da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Devotado aos estudos literários desde a sua juventude, ramificou a sua prodigiosa verve nos gêneros da poesia, contos, romances, crônicas, ensaios e textos jurídicos. É imortal da Academia Maranhense de Letras (presidente eleito para o biênio 2022-2024) e é membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras.

Inaugurou a sua produção literária em 1992, quando exercia a magistratura na Comarca de Imperatriz. Dentre as suas obras, destacam-se: “Rua do Porto”, “O presépio queimado”, “Do alto da matriz”, “O baile de São Gonçalo”, “Na casa de Antônio Lobo”, “Da Aldeia de Maracu à Vila de Viana”, “Entre Viana e Viana: 100 crônicas escolhidas”, “Pescador de Memórias”, “Aluísio Azevedo Sempre”, “Casablanca”, “Mistérios de uma cidade invisível”, “O tormento de Santiago” e “Havana: literatura, música e mojito”.

No universo da doutrina jurídica, publicou os seguintes títulos: “Contribuições ao estudo do Direito”, “Direito Constitucional da Família”, “As provas ilícitas no Direito de Família”, “A família partida ao meio”, “A ética como paradigma da atividade judicial” (organizador), “Formação do juiz: anotações de uma experiência”, “Os novos diálogos de Direito de Família”,

to Eleitoral”.

Sou servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e conheci o talentoso literato quando ele era membro desse sodalício na categoria de Juiz de Direito, no biênio 2003-2005. Posteriormente fora Corregedor e Presidente do TRE, investido na classe dos desembargadores.

A nossa aproximação pessoal ocorreu de forma natural e instintiva, em virtude do interesse comum pelos cânones do Direito Eleitoral. Creio ser um dos poucos que já conheceram a sua biblioteca particular, ensejo que me faz recordar uma frase célebre de Golbery do Couto e Silva; “Quem conhece a minha biblioteca, conhece a minha ideologia”.

Nas sessões do TRE, fui testemunha da lhanza, comedimento e invejável erudição com que ele proferia suas manifestações e votos. A nossa afinidade deriva também do indelével sentimento de ufanismo pelas nossas origens campestres.

---

Ele é natural de Viana e eu de Peri-Mirim, duas jóias da Baixada Maranhense.

---

# IRANI VIEIRA FERREIRA ROCHA - FINALMENTE PRESA

Hoje a noite, dia 10 de março de 2022, aconteceu o que a Sociedade Imperatrizense e a FAMILIA ASCENDENTE do advogado covardemente assassinado VALDECY FERREIRA DA ROCHA esperava já por 16 anos e alguns meses. Foi presa sua traíçoera esposa, um dos mandantes de seu assassinato - a Enfermeira Irani. Encontra-se agora recolhida numa cela da Penitenciária de Davinópolis; mediante ordem de prisão expedida pelo h. Juiz da 2ª Vara Criminal desta Comarca de Imperatriz-MA.

Finalmente se fez Justiça!

O processo foi tumultuado desde seu início, quando na apuração do ato delituoso, o Inquérito Policial cheio de depoimentos falsos, criação de alibis para mudar o curso da investigação; e, até a suspensão injustificável da apuração do homicídio por longo tempo. Todo passo dado foi motivo para recurso judicial. E todas as Decisões do Juízo de 1ª Instância teve recurso para o Tribunal de Justiça; e, deste Tribunal para outras Instâncias Superiores.

Foi condenada pelo Tribunal do Júri Popular aqui em Imperatriz. E essa primeira condenação foi anulada no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Anos depois foi novamente condenada, pela segunda vez, pelo Tribunal do Júri Popular de Imperatriz. Novamente recorrendo para o Tribunal de Justiça, mas não conseguindo êxito no seu intento, dessa vez.

Daf recorreu concomitantemente para o Tribunal Superior de Justiça e Supremo Tribunal Federal - STF; onde teve sua pretensão barrada pelo Excelentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, que repeliu definitivamente sua mentirosa fundamentação de inocência. Decisão essa do Supremo de setembro do ano passado.

Com muita dificuldade o Processo Criminal voltou para a Comarca de Imperatriz, na 2ª Vara, para execução da sentença não reformada. Quando finalmente o honrado Juiz assinou sua ordem de prisão.

Irani e o segundo acusado, seu amante ALEXANDRE MOURALIMA NETO, contrataram o pistoleiro Gilvan Varão para executar o homicídio. Este pistoleiro de aluguel foi o primeiro condenado e já cumpriu seu tempo de prisão. Estando hoje em lugar ignorado; e, de certo ceifando outras vidas, já que essa é sua profissão.

Quanto ao motoqueiro que carregou Gilvan para a efetivação do crime e sua fuga, não teve apuração da sua participação e, da sua identificação. Tendo ficado impune.

Tudo indicou e foi comprovado, que a motivação da morte de Valdecy foi a pura ganância - ambição desmedida de ficarem com seus bens, que já não eram poucos. A começar por duas fazendas de criação de gado em Axixá e Augustinópolis do outro lado do rio, no Estado do Tocantins.

A viúva nem mesmo deixou esfriar o corpo e abriu logo o inventário, tornando-se de pronto a INVENTARIANTE com todo o domínio sobre o patrimônio do falecido.

Mas com o tempo entrou em colisão com a filha; a qual sentindo-se lesada, perdendo patrimônio para a mãe e seu único irmão, entrou no processo após a primeira condenação da mãe e lhe tomou o cargo de inventariante. Exercendo-o até agora, apesar das pesadas brigas e ameaças, até de morte; tonando o processo de inventário inconcluso até hoje.

A condenada foi com tanta sede no patrimônio da sua vítima, a ponto de arrolar no inventário, a fazendinha da Família de Valdecy, que hoje pertence aos seus irmãos lá no Sertão da Bahia (onde ele está enterrado com seus pais). Foi preciso uma longa luta jurídica para a fazendinha voltar para o domínio de seus irmãos.

Sendo que a FAMILIA DESCENDENTE, além de não assistir o enterro de Valdecy, nunca voltou lá na pequena propriedade. Todos não conhecem a capelinha que o finado está en-

terrado com seus pais e nunca procuraram saber de como está a vida de seus tios e outros parentes. Comportam como se todos tivessem sido mortos juntos com o finado.

Relativo ao coautor da morte, ALEXANDRE se tornou um exímio especialista em recursos criminais tentando provar ser ele - o inocente Anjo Gabriel. Tem criado todo tipo de obstáculo para seu processo não caminhar para sua condenação. Mas o contrário vem ocorrendo, vez que seus inúmeros recursos vêm caindo por terra - derrotados em todas as Instâncias da Justiça, tal como aconteceu com sua consorciada Irani.

Derrotado e tendo que se expor ao Tribunal do Júri Popular em Imperatriz, o malfeitor entrou com um pedido de desafornamento do júri para São Luís; e com seus falsos argumentos, fundamentação falaciosa, principalmente de que sofre pressão da família ascendente da sua vítima, com propaganda na imprensa local, ele triunfou com a primeira vitória na justiça - conseguiu enganar os respeitáveis julgadores do segundo grau e ter seu julgamento - a Sessão do Tribunal do Júri transferido para a Comarca da Capital.

Mas, infelizmente, de maneira inexplicável, desde o ano passado seu processo não sobe para o Fórum de São Luís. Estando o elemento até hoje sem colocar seu traseiro no banco dos réus.

Na análise de todos que entendem do ritual processual criminal opinam que o Alexandre joga para ficar sem punição com a prescrição do seu crime - que já está próximo.

O acusado tem em sua defesa - escritórios de advocacia caríssimos em São Luís. Leva vida de classe média alta morando em bairro nobre da Capital, Bairro Renascença e frequentando Shoppings Centers onde é visto frequentemente. Vai vivendo assim sem ter fonte de renda conhecida, quando já não consegue dar aula como professor, já que os alunos conhecem sua índole de homicida, estampada na televisão.

É de impressionar como a viúva consegue sustentar tantas despesas suas e do seu amante, com Escritórios de Advocacia Especializados lhes acompanhando até no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal!

A prisão da Viúva Irani deveu-se muito a ação diligente, assídua, firme e não podemos deixar de dizer - gratuita - dos dedicados Advogados: Dr. MIGUEL DALADIÉ BARROS e Dra. JACQUELINE AGUIAR DE SOUZA. Eles vêm atuando, desde o pós homicídio de Valdecy, quando localizou a testemunha chave que reconheceu o pistoleiro Gilvan, preso em Açailândia pela prática de outros crimes. Acompanharam os Inquéritos Policiais e os Processos Criminais até a última Instância. Sempre enfrentaram todo tipo de obstáculo na apuração do caso e desmontaram todas as chicanas criadas nos procedimentos processuais pelos defensores dos homicidas. E no final prendeu a Viúva Irani.

Diante tanta obstinação em fazer justiça - a Família Sertaneja do finado Valdecy tem muito que agradecer a ambos. E dentro do espírito de religiosidade comprometida com a verdade, pois todos os irmãos são idosos, o finado era o irmão caçula - agradecem dizendo que Dr. Daladier e Dra, Jacqueline irão para o reino do céu ficando para a eternidade juntinhos de Deus.

Agradecemos muito a Sociedade Imperatrizense pelo interesse em fazer justiça e por toda a pressão feita junto aos Órgãos do Estado na apuração do caso.

Agradecemos a todos os Órgãos da Imprensa escrita, falada e aos incansáveis jornalistas que acompanharam e sempre divulgaram o caso, não deixando cair no esquecimento.

Levamos também nossos agradecimentos a OAB/MA e Seccional de Imperatriz pelo que nos ajudaram fazendo o processo fluir normalmente.

Nossos agradecimentos!

**GENNER MARINHO**  
**HIBERNON MARINHO ALVES DE ANDRADE**  
*Imperatriz, 11 de março de 2022,*

# Presas acusada de ser mandante da morte do advogado Valdecy Rocha

*A enfermeira Irani Vieira foi presa na noite dessa quinta-feira e levada para o presídio de Davinópolis. Ela foi condenada por ser acusada de mandante do assassinato do marido P8c1*

Divulgação/Redes Sociais



## **Presas enfermeira Irani Vieira acusada de ser mandante da morte do marido em 2005**

*Irani Vieira, que teve o processo transitado em julgado, foi levada para o presídio de Davinópolis*

### **Por Dema de Oliveira**

A Polícia Civil prendeu na noite dessa quinta-feira (10) a enfermeira Irani Vieira Ferreira Rocha, acusada de mandar matar o próprio marido, o advogado Valdecy Ferreira Ro-

cha, no dia 30 novembro de 2005. O advogado foi morto em frente à sede da Prefeitura Municipal de Imperatriz.

Irani foi a júri popular duas vezes. No primeiro foi condenada, mas o julgamento foi anulado. Em 2017 foi nova-

mente julgada e condenada a mais de 15 anos de prisão, mas estava respondendo pelo crime em liberdade.

Entretanto, após tramitação do feito pelo TJMA, STJ e STF, houve o trânsito em julgado da condenação de Irani,

proferida pelo Conselho de Sentença no Tribunal do Júri a pena privativa de liberdade igual a 16 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão no regime fechado. Por esse motivo foi expedido mandado de prisão em desfavor de Irani Vieira Ferreira da Rocha, com validade até 20 de setembro de 2041. O mandado de prisão foi expedido pelo juiz Marco An-

tonio Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz.

A acusada já se encontra na ala feminina do presídio de Davinópolis, onde ficará até ulterior determinação da justiça.

#### **O caso**

O advogado Valdecy Ferreira da Rocha foi executado a tiros no interior de sua caminhonete, quando saiu de seu

escritório de advocacia para almoçar, por volta de 11 horas do dia 30 de novembro de 2005, em frente ao prédio da prefeitura de Imperatriz. O autor do crime, de acordo com as investigações, foi o ex-policial militar Gilvan Varão, condenado a 18 anos de reclusão e que teve progressão de pena, já se encontrando em liberdade.

Divulgação/Redes Sociais



**Momento que Irani Vieira estava sendo levada para o presídio de Davinópolis**

## Cartorários participam de curso sobre mudança de nome e gênero

Cerca de 70 escreventes e oficiais de registro civil do Estado do Maranhão participam, até sexta-feira (11), do Workshop Alteração do nome e gênero de pessoas trans em cartórios, promovido pela Escola Superior da Magistratura, em parceria com o Comitê de Diversidade do TJMA e Corregedoria Geral de Justiça (CGJ). O evento online acontece na plataforma digital EAD-ESMAM.

Na abertura do mini-curso, na quinta-feira (10), o diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, ressaltou a importância do tema, suas bases legais e a validação de direitos que respeitam a pluralidade humana bastante evidenciada na última década. “É um direito que precisa ser amplamente divulgado, para que tanto os interessados como os serventuários possam proceder de forma correta durante o processo de averbação da alteração do prenome e do gênero, aprimorando a qualidade da prestação de serviço da serventia extrajudicial”, reforçou.

Para o juiz Marco Adriano Fonseca, coordenador geral do Comitê de Diversidade do TJMA, o evento é uma iniciativa de vanguarda no cenário nacional. “Os cartórios de registro civil concretizam a cidadania e a dignidade da pessoa humana em favor das pessoas trans, ao oportunizar que obtenham o reconhecimento, no registro civil, da sua própria identidade, e, conseqüentemente, de se apresentarem à sociedade, vivendo plenamente como de fato se reconhecem”, enfatizou.

O magistrado acrescentou que a formação continuada de registradores e servidores de serventias extrajudiciais pelo TJMA garante acesso de qualidade aos serviços judiciários. “Demonstra o compromisso do Judiciário maranhense com a promoção de Direitos Humanos, alinhado à Agenda 2030 da ONU, viabilizando o exercício do direito fundamental à identidade, autodeterminação e autoafirmação, condição de plenitude do ser humano”, finalizou.

**TEMÁTICA** - O conteúdo é ministrado pelo professor mestre Thiago Gomes Viana, com duração de 8 horas. Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Comissão de Direito da Diversidade Sexual e de Gênero do IBDFAM/MA, o formador é referência em estudos e pesquisas sobre Diversidade Sexual e de Gênero, sendo integrante do Núcleo de Promoção da Diversidade (NUDIV-MP MA).

No primeiro dia do evento, o professor abordou sobre os principais conceitos e aspectos da LGBTIfobia, contextualizando a problemática da diversidade sexual e de gênero e a luta pelos direitos fundamentais de pessoas transgênero no Brasil.

O segundo módulo trata sobre o nome social e seu reconhecimento jurídico regulamentados na ADIn nº 4.275, REExt. nº 670.422, Provimento nº 73/2018 (CNJ) e Provimentos nº 17/2018, 01/2021 e 30/2021 (CGJ/MA); e, ainda, sobre os aspectos práticos a serem considerados pelos cartorários responsáveis no momento da retificação do nome e sexo/gênero no registro civil.

**MUDANÇA DE NOME E GÊNERO** - Em regra, o nome pessoal é imutável, todavia, a lei admite exceções em determinadas circunstâncias, autorizando a alteração. A alteração para as pessoas trans é uma das exceções. As pessoas transgêneros podem fazer a troca de nome e gênero em sua documentação sem a necessidade de uma ação judicial, bastando apenas se dirigir a um cartório e fazer o pedido. Também não é necessário ter feito cirurgia de redesignação sexual. A determinação vale desde 2018, quando a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o Provimento nº 73/2018.

No Maranhão, os Provimentos nºs 17/2018, 30/2018, 01/2021 e 30/2021, da Corregedoria Geral de Justiça, também regulamentam o processo. *(Ascom ESMAM)*

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua [acarloslua@folha.com.br](mailto:acarloslua@folha.com.br)



### A educação como prática da liberdade

A educação está no centro das discussões na Campanha da Fraternidade 2022, trazendo como lema uma frase bíblica extraída do Livro dos Provérbios: “Fala com sabedoria, ensina com amor” (Pr 31,26).

A campanha – desenvolvida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) – cobra a implementação de políticas públicas substanciais, onde educadores e educadoras possam efetivamente falar com sabedoria e ensinar com amor, numa atitude de respeito e escuta para com os demais saberes que brotam dos distintos setores da sociedade.

Vale sublinhar que estamos diante de uma das linhas mestras da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por ser a educação um assunto pertinente e oportuno, de suma relevância para a nação brasileira.

Nosso grande educador, Paulo Freire, insistia na Educação como prática da liberdade, trazendo sempre essa temática em várias de suas obras básicas, incluindo o livro “Pedagogia do Oprimido”, que vincula a educação fundamental a um diálogo crítico e transformador com a realidade socioeconômica e cultural.

Diversos entraves de caráter histórico e estrutural impedem que o Brasil garanta plenamente o direito à educação ao conjunto da população, devido ao descaso governamental em relação à cultura e ao latente preconceito racista e excludente.

No caso da desigualdade social, o país caminha com um peso de chumbo atado aos próprios pés, com a discrepância que, historicamente, vem cavando um fosso cada maior entre a base e o pico da pirâmide socioeconômica.

O círculo vicioso dessa situação desigual revela-se extremamente perverso e difícil de romper. A condição de pobreza extrema continua impossibilitando hoje o

acesso integral à rede pública de educação.

Sem estudo e sem capacitação profissional, permanece cerrada a porta para o mercado de trabalho, o que, por sua vez, levanta sérios obstáculos a outros direitos, como a saúde e habitação.

Perpetua-se desse modo a condição de exclusão social. Chega a ser profundamente ostensivo o escárnio e a indiferença dos governantes brasileiros em relação aos envolvidos no universo plural do saber.

Infelizmente, o ranço de consequências nocivas à educação e à cultura no Brasil continua mantendo a ideia de que negro e pobre não precisam estudar, estabelecendo um apartheid social e racista no país.

Aliás, tratando-se especialmente do apartheid racista do Brasil, muita tinta e muitas palavras já foram gastas com o tema no país, onde o racismo estrutural mantém-se mais difícil de erradicar quanto mais sutil e oculto se manifesta.

O saudoso antropólogo, Darcy Ribeiro, escreveu um tratado sobre este problema, para questionar a fundo o mito da falsa “democracia racial” no Brasil, num sistema injusto e cruel com os negros.

Movimentos vinculados à consciência negra e estudiosos do tema não se cansam de alertar para o fato histórico de que a Lei Áurea, longe de pôr um fim à situação dos escravos, libertou, isto sim, os senhores do compromisso adquirido com uma absurda indenização para os donos de escravos.

Libertos, mas sem acesso à terra, e tampouco às oportunidades de trabalho que verdadeiramente pudessem resgatá-las com justiça e dignidade, os trabalhadores negros tomaram-se “livres” na dupla acepção de Marx: livres do solo (devido à Lei de Terras de 1850) e livres para vender sua força de trabalho em um contexto de miséria e fome.

### Violência

A violência é um fenômeno que vem constituindo a história do Brasil, desde a colonização, com a extinção de povos originários, a escravidão de índios, de africanos, e a destruição de culturas. Hoje, a violência ganha novos contornos, fragilizando os laços sociais, atentando contra as mulheres, crianças e idosos.

### Ferida

Atravessando a história do Brasil como uma enorme e visível ferida aberta, a violência no país pode ser explicada pelo contínuo processo de exclusão a que a população mais pobre é submetida, num país drenado por uma engrenagem agressiva e cruel, onde a tirania dos homens cria um retrocesso civilizacional.

### Balas

Como se não bastasse tanta violência, temos como fenômeno mais recente no Brasil as balas assassinas que – cinicamente chamadas de “balas perdidas” – continuam ceifando a vida de negros e pobres inocentes todos os dias nos campos de concentração das periferias no país, onde

favelados são deixados à própria sorte e escancarados para a própria morte.

### Demagogia

Enquanto a violência cresce no Brasil, somos obrigados a se contentar com a repetição do ritual hipócrita daqueles que – fugindo de suas responsabilidades – reintroduzem inescrupulosamente em seus discursos demagógicos as desgastadas declarações nas marchas fúnebres tristemente ilustradas pelos caixões dos mortos anônimos covardemente trucidados.

### Desigual

Milhões de brasileiros desprotegidos e esquecidos não aceitam mais o sistema político que funciona como um simulacro de democracia com uma base de sustentação alicerçada por ilícitudes, nutrindo impiedosamente uma obsessão pela morte de miseráveis que muitas vezes não têm sequer a liberdade de chorar seus mortos, vítimas da crueldade e selvageria. O Brasil registra, hoje, em média, cerca de 60 mil homicídios por ano, o que equivale a 45% dos homicídios da América Latina.